

COLUNA CRECISP

Fiscalização identifica fraude em imóveis do Minha Casa Minha Vida



Uma equipe com 88 agentes de fiscalização do CRECISP esteve em Bauru para apurar denúncias de irregularidades em dois condomínios do Programa Minha Casa Minha Vida, a pedido do Ministério Público Federal. Foram realizadas visitas em 960 apartamentos, onde se constataram 78 situações irregulares.

Os agentes registraram que 50 unidades estavam desocupadas e o balanço também confirmou que 17 apartamentos haviam sido cedidos pelos mutuários a outras pessoas, 7 estavam alugados, 2 tinham sido vendidos e 2 estavam em situação de permuta.

Por serem unidades habitacionais destinadas à população de baixa renda e que contam com subsídios do governo, os imóveis que fazem parte do Minha Casa Minha Vida não podem ser comercializados, cedidos ou alugados antes de 10 anos, prazo necessário para a quitação da dívida pelo mutuário.

As irregularidades constatadas pelo CRECISP serão encaminhadas ao Ministério Público e à CAIXA, para que sejam tomadas as providências cabíveis em cada caso. O mutuário que negocia seu imóvel antes do prazo permitido corre o risco de perder a propriedade e de não poder mais participar de outro programa habitacional do governo.

A blitz do Conselho também teve o objetivo de checar uma possível participação de corretores de imóveis na intermediação dessas unidades, situação que não foi verificada no local.

De acordo com o procurador da República, Pedro Antonio de Oliveira Machado, a parceria do CRECISP é muito importante nessas ações e beneficia toda a sociedade, pois, “quando o uso destes imóveis é desvirtuado, há um prejuízo aos cofres públicos e, muitas vezes, obtenção de vantagem indevida pelo beneficiário, que acaba tendo lucro ao vender ou locar estas moradias”, detalhou o procurador.

CRECISP apóia campanha do Ministério Público Federal

Na última semana, o procurador da República Pedro Antonio de Oliveira Machado, conversou com o presidente do CRECISP, José Augusto Viana Neto, buscando apoio dos Conselhos de Fiscalização Profissional à campanha para divulgação da Lei do Minuto Seguinte (12.845/2013).

A intenção do Ministério Público Federal é informar a sociedade sobre os direitos garantidos pela legislação às vítimas de violência sexual, que incluem amparo médico, psicológico e social, e a administração de medicamentos contra gravidez e doenças sexualmente transmissíveis.

O CRECISP já divulga o material publicitário

dessa campanha em seu site e redes sociais e o objetivo, agora, é estender essa divulgação às demais entidades que compõem o Fórum dos Conselhos, do qual Viana também é presidente. “Estamos procurando um apoio de diversas instituições, pois esse é um tema muito preocupante. Em 2017, o Brasil teve 60 mil estupros o que equivale a 1 estupro a cada 9 minutos”, afirmou o procurador. “Envolver a sociedade é fundamental porque ela tem condições de fazer com que esse serviço de acolhimento às vítimas funcione efetivamente. E os Conselhos têm um papel importante por ter uma capilaridade muito grande no Brasil.”